



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 13 No 5 Agosto 2011



Mirando maior integração

POLÍTICA	3
INFRA-STRUCTURA	4
COMÉRCIO	5
SEGURANÇA ALIMENTAR	6
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	7
ENERGIA	8-10
BREVES	11
GÉNERO	12
ELEIÇÕES	13
PAZ E SEGURANÇA	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

LIDERES DA África Austral expressaram satisfação com a forma como a região está caminhando para uma integração sócio-económica mais profunda em antecipação ao lançamento iminente de um acordo comercial tripartido envolvendo duas outras comunidades económicas regionais.

Uma maior integração regional entre os Estados Membros da SADC também consolida os ganhos da Área de Comércio Livre (ACL), estabelecida há três anos, sinalizando ao mesmo tempo um passo positivo para o lançamento final da União Aduaneira da SADC.

Reunidos na recém-terminada 31ª Cimeira da SADC de 17-18 de Agosto em Angola, os líderes da África Austral observaram que a região registou uma melhoria nos indicadores macroeconómicos de desempenho, tais como o crescimento da média real do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com a SADC, o crescimento do PIB da região "situou-se em cerca de 4,9 por cento [em 2010] em comparação com os cerca de 2,4 por cento de 2009." Isto representa o dobro do aumento.

"Os investimentos melhoraram de 22 por cento do PIB em 2009 para 24,9 do PIB em 2010, tendo se registado uma diminuição da inflação de 12,4 por cento, em 2009, para 7,5 por cento em 2010", referem os líderes da SADC num comunicado divulgado após a cimeira.

No entanto, os líderes disseram que a região deve estar em alerta por causa dos riscos impostos pelas volatilidades financeiras e económicas nas economias desenvolvidas.

Como tal, o Grupo de Trabalho Ministerial da SADC sobre a Integração Económica Regional foi mandatado para avançar com estratégias para proteger as economias dos choques externos e

de reestruturar as economias regionais de forma a combater a pobreza.

Para garantir que este processo de integração seja aprofundado, os líderes disseram que os Estados-Membros devem prestar uma atenção especial ao desenvolvimento de infra-estruturas para acelerar o investimento e comércio.

Tais programas de infra-estrutura, devem ter como alvo o sector energético e o dos transportes, entre outros sectores. Exemplos práticos incluem a Ponte de Kazungula, Posto Fronteiriço de paragem única em Chirundu, e a interligação Zimbabwe-Zâmbia-Botsswana-Namíbia.

A Cimeira anual notou os progressos realizados na consolidação da ACL da SADC e elogiou as Seychelles por terem tomado medidas para se juntar a ACL.

continua na página 2...

Mirando maior integração

continuação da página 1...

Com excepção de Angola e da República Democrática do Congo (RDC), todos os Estados-Membros aderiram ao acordo de comércio livre, que ampliou grandemente o espaço económico na região da SADC, abrindo o comércio para um mercado de mais de 270 milhões potenciais consumidores da região.

Um dos benefícios da ACL da SADC é a disponibilidade para o consumidor de bens que são competitivos em termos de qualidade e preços. A eliminação de tarifas, bem como das barreiras não-tarifárias reduziu os custos das importações de outros países da região, beneficiando directamente os consumidores regionais.

Relativamente ao lançamento da proposta União Aduaneira, os líderes recomendaram ao Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional para agilizar os trabalhos que conduzirão a um acordo de entendimento comum sobre o roteiro para a União Aduaneira da SADC. A União Aduaneira é o mais elevado nível de integração económica em comparação com um ACL, pois envolve tarifas comuns para o comércio externo.

Em relação às negociações lançadas recentemente para o estabelecimento de uma grande ACL envolvendo 26 países, na África Oriental e Austral, a Cimeira exortou aos Estados-Membros a efectuarem consultas, acelerarem e prepararem adequadamente as negociações.

O COMESA, EAC e a SADC lançaram formalmente as negociações para criar um mercado integrado, que se tornaria o maior mercado da África, compreendendo uma população combinada de quase 600 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto total



(PIB) de cerca de 1 trilhão de dólares norte-americanos, durante a sua 2ª Cimeira tripartida realizada, na África do Sul, em Maio.

Quanto a situação política, a Cimeira notou que a região continuou a ser caracterizada por democracia, paz e segurança.

"A Cimeira elogia o Conselho Cristão do Lesoto como Mediador e a Equipe de Facilitação da SADC para a conclusão do processo de mediação política no Reino do Lesoto bem como as partes interessadas pelo seu compromisso na conclusão do processo de diálogo."

Em relação ao Madagascar, os líderes reafirmaram seu compromisso de apoiar o processo de mediação nos países e garantir que todas as partes interessadas implementem plenamente o roteiro a luz da decisão tomada pela Cimeira Extraordinária realizada em Junho de 2011.

Os problemas políticos em Madagascar começaram em Março de 2009, depois de Andry Rajoelina, ter tomado o poder do Presidente eleito, Marc Ravalomanana, na sequência de uma manifestação pública apoiada pelos militares.

Sobre o Zimbabwe, a Cimeira registou os progressos na implementação das suas decisões tomadas durante a sua Cimeira Extraordinária em Junho.

"A Cimeira exortou as partes do Acordo Político Global para permanecerem empenhadas na implementação do acordo e a

finalizar o roteiro para resolver as questões pendentes."

A Cimeira também pediu a RDC, Lesoto e Zâmbia para realizarem eleições pacíficas, como o planeado, durante o calendário de 2011/12.

No tocante as questões de género, os líderes da África Austral observaram o progresso feito pelos Estados-Membros no sentido de garantir a representação igual de mulheres em cargos políticos e de tomada de decisão.

Metade dos 15 Estados-Membros ratificou o Protocolo sobre Género e Desenvolvimento, sendo que sete deles já têm depositado os seus instrumentos de ratificação junto do Secretariado da SADC. Esses Estados são Angola, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Seychelles, República Unida da Tanzânia e Zimbabwe. No entanto, para o protocolo entrar em vigor precisa de uma ratificação de pelo menos dois terços dos Estados Membros da SADC.

Os principais objectivos do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento são fornecer o empoderamento da mulher, eliminar a discriminação, e alcançar a igualdade e a equidade de género através legislação, políticas, programa e projectos sensíveis ao género.

Em relação à situação de segurança alimentar, a Cimeira exortou os Estados-Membros a intensificarem as medidas para aumentar a produção, diversificar e promover oportunidades de geração de

renda, a fim de melhorar o acesso aos alimentos, em consonância com a Declaração de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar.

Sobre as mudanças climáticas, os líderes da África Austral reafirmaram o seu apoio à posição comum Africana antes da conferência internacional sobre mudanças climáticas prevista para a África do Sul em Novembro e Dezembro deste ano.

A posição Africana de negociação deverá basear-se na necessidade de maior financiamento, tecnologia e capacidade de adaptação e gestão de riscos.

O presidente angolano José Eduardo dos Santos assumiu a presidência da SADC sucedendo o Presidente da Namíbia, Hifikepunye Pohamba, que acolheu a Cimeira de 2010; O Presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, vai presidir a Troika do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança durante o próximo ano, assumindo o lugar do Presidente Rupiah Banda da Zâmbia.

O Presidente Jakaya Kikwete, da República Unida da Tanzânia, é o novo membro da Troika do Órgão, coadjuvando Zuma no próximo ano.

A próxima Cimeira Ordinária da SADC vai decorrer em Moçambique, em Agosto do próximo ano. Portanto, o Presidente moçambicano, Armando Guebuza, junta-se a José Eduardo dos Santos e a Pohamba na Troika da SADC, no ano que vem. □

Crianças e Jovens vulneráveis

Ministros concordam com um plano para enfrentar os desafios da juventude

OS MINISTROS da SADC responsáveis pela juventude concordaram com um plano trienal de acção para acelerar programas e projectos que visam resolver os problemas enfrentados pelos jovens e crianças vulneráveis na região.

Numa reunião conjunta de Ministros da SADC responsáveis pela juventude e de Ministros responsáveis pelas crianças vulneráveis, realizada em Windhoek, Namíbia, foram adoptados planos e acções comuns para a região acelerar a prestação de serviços básicos e necessidades de crianças e jovens vulneráveis.

Tais planos incluem o fornecimento de água potável, cuidados de saúde, educação e competências que permitem os jovens a ganhar a renda e criar empregos para si, protecção contra o abuso, e a prestação de cuidados familiares e de habitação.

Outros serviços básicos incluem ajuda a melhoria da capacidade dos jovens e crianças em lidar com as tensões da vida e serem capazes de viver em harmonia com os outros na sociedade.

Os ministros concluíram que os problemas enfrentados pelos jovens e crianças são comuns e, portanto, não poderiam ser abordados pelos diferentes Países trabalhando isoladamente.

"A este respeito eles aprovaram as actividades regionais que serão implementadas por todos os Estados-Membros durante o período de 2012-2014. Estas actividades serão coordenadas pelo Secretariado da SADC", disseram os ministros num comunicado.

A reunião de Windhoek foi convocada para discutir formas comuns de abordar os problemas e preocupações dos órfãos, jovens e outras crianças vulneráveis (OVCY) bem como outros assuntos na região da SADC, que incluem doenças

como HIV e AIDS, a malária e a tuberculose, pobreza, fome e desnutrição; conflitos sociais e políticos; deficiência entre as crianças e jovens, e os crescentes desafios da gravidez na adolescência e o desemprego entre os jovens.

Os ministros observaram que esses desafios representam uma ameaça séria para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e jovens, bem como para a paz e a segurança da região.

Neste sentido, eles concordaram em fortalecer os seus esforços regionais para enfrentar esses desafios colectivamente como uma questão de urgência.

Os ministros também discutiram as prioridades para enfrentar os desafios dos jovens que foram desenvolvidos a nível continental pela União Africana, e concordaram em alinhá-los com os de nível da SADC.

Estes incluem a necessidade de apoiar as ideias criativas dos jovens, criação de empregos e desenvolvimento de economias da região, apoio a jovens para participarem em assuntos políticos e no seu envolvimento na tomada de decisões que afectam seus Países.

As prioridades foram apresentadas para discussão e aprovação pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana realizada na Guiné Equatorial no final de Junho, que foi dedicado ao desenvolvimento da juventude.

Os ministros também concordaram com as questões prioritárias para os jovens da região da SADC que foram apresentadas como prioridades internacionais na 65ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas sobre a Juventude, realizada em Nova York, em Julho.

Os ministros concordaram em criar as estruturas necessárias para implementar plenamente as suas decisões e

melhorar a vida dos jovens e crianças na região.

Eles observaram que os problemas dos jovens e das crianças eram muito diferentes na maioria dos casos. A fim de discutir e resolvê-los de forma mais eficaz e com maior detalhe, eles concordaram que, no futuro, eles se reuniram em separado, com os ministros responsáveis pelas crianças e com os responsáveis pela juventude.

Os ministros concordaram em se reunir novamente em 2012, dependendo da aprovação pelo Conselho de Ministros da SADC, para acompanhar o progresso na implementação de suas decisões.

Isso também irá permitir monitorar a situação dos jovens e crianças na região e determinar as melhores formas de continuar a abordar a sua situação.

Tendo em vista os desafios enfrentados pelos jovens e crianças vulneráveis, a SADC desenvolveu intervenções específicas focando os OVCY, elaborado através de um

Quadro Estratégico e Programa de Acção para OVCY, 2008 - 2015, que foi aprovado pelos Ministros de Saúde da SADC, em Novembro de 2008.

O quadro e um Plano de Negócios que acompanha marcaram o primeiro esforço deliberado para montar uma resposta regional sobre OVCY na SADC.

A premissa da abordagem da SADC para o cuidado e apoio para OVCY é o reconhecimento de que as pessoas, especialmente as crianças e os jovens, que constituem a maioria da população da região, são a verdadeira riqueza dos Estados-Membros.

Assim, o objectivo fundamental do desenvolvimento deve ser dirigido para ampliar suas liberdades e capacidades humanas, expandindo as escolhas que eles têm de viver uma vida produtiva e criativa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável na região da SADC. □

Artigo 12 da Carta Africana da Juventude faz um compromisso de que cada Estado Parte deve desenvolver uma abordagem abrangente e coerente da política nacional de juventude.

- A política deve, por natureza, ser multi-sectorial, considerando a inter-relação dos desafios enfrentados pelos jovens;
- O desenvolvimento da política nacional de juventude deve ser efectuado através de uma ampla consulta aos jovens e contar com a sua activa participação na tomada de decisões a todos os níveis de governação no concernente a questões sobre a juventude e a sociedade como um todo;
- Uma perspectiva da juventude deve ser integrada e considerada em todo o processo de planeamento e tomada de decisão, bem como no programa de desenvolvimento. A nomeação de pontos focais dos jovens na estrutura do governo deve permitir este processo;
- Os mecanismos para enfrentar os desafios da juventude devem ser enquadrados no quadro de desenvolvimento nacional do País;
- A política deve fornecer orientações sobre a definição da juventude adoptada e especificar os subgrupos que devem ser alvo de desenvolvimento;
- A política preconiza a igualdade de oportunidades para os jovens e para as mulheres jovens;
- Os programas nacionais de acção devem ser desenvolvidos de forma que sejam vinculativos e ligados a uma estratégia de implementação e avaliação dos indicadores que forem descritos;
- Esse programa de acção deve ser acompanhado de uma dotação orçamental adequada e sustentada.

Corredores de transporte são fundamentais para a integração regional

ÁFRICA AUSTRAL está investindo em corredores de transporte para facilitar o comércio e a liberalização económica, assegurando o movimento suave de pessoas e mercadorias entre Estados-Membros.

Catorze corredores de transporte na região da SADC foram identificados para o desenvolvimento (ver tabela), incluindo o Corredor Norte-Sul, que é o maior, percorrendo oito pa ses da África Oriental e Austral.

Os outros corredores envolvem entre dois e cinco pa ses cada um, e quando estiverem operacionais poderão aprofundar a integração regional e estimular o comércio intra-regional.

O desenvolvimento destes corredores envolve a modernização das infra-estruturas de transportes rodoviários, ferroviários e portos para apoiar o comércio ao longo das rotas.

As linhas de transmissão de energia também estão a ser construídas para expandir a rede regional e permitir que mais pa ses partilhem a quota de electricidade, uma das principais necessidades para o desenvolvimento regional.

Devido ao rápido crescimento das suas economias, a energia da região da SADC precisa agora superar a oferta, afectando o crescimento.

No âmbito do corredor de transporte, estão para ser criados postos fronteiriços de paragem única para reduzir o congestionamento nos pontos de entrada e, portanto, promover o movimento suave de bens e serviços.

Bens e pessoas serão sujeitos a procedimentos aduaneiros apenas uma vez para a passagem dum lado da fronteira para outro pa s, em contraste com a situação actual, onde os viajantes têm de obedecer as formalidades alfandegárias em ambos os lados da fronteira.

Este desenvolvimento poderá resolver os problemas de atraso que se registam em muitos postos de fronteira.

O primeiro posto fronteiriço de paragem única na região da SADC foi criado em 2009 em Chirundu, entre a Zâmbia e o Zimbabwe.

Estão em curso planos para implementar um conceito similar no posto de fronteira Beitbridge entre África do Sul e Zimbabwe.

Beitbridge e Chirundu são considerados os portos mais

ser desenvolvidos para os corredores de Lobito, Trans-Cunene (Benguela), Malange, Namibe, Trans-laranja e Maseru-Durban.

SADC precisa de cerca de 100 biliões de dólares norte-americanos para o seu programa de infra-estruturas regionais de desenvolvimento a médio prazo, de acordo com o Relatório da Situação de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC 2010 apresentado à Cimeira da SADC 2010 realizada na Nam bia.

A maior parcela deste orçamento é atribuído ao sector da energia, que precisa de cerca de 47 biliões de dólares, seguido pelas estradas e infra-estruturas ferroviárias que necessitam de 26 biliões de dólares.

Os portos e vias navegáveis interiores precisam de 18 biliões de dólares, enquanto as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), as infra-estruturas de meteorologia, correios e água precisam conjuntamente de 9 biliões de dólares. □



Corredores de transporte da África Austral facilitarão o livre movimento de pessoas e bens.

movimentados da África subsaariana é de entrada com centenas de caminhões comerciais a passarem para o sul ou o norte através dos dois postos de fronteira todos os dias.

Para reforçar as operações das iniciativas dos vários corredores, os estados membros da SADC assinaram os instrumentos legais para gerir os corredores.

Alguns dos instrumentos adoptados até à data incluem Memorandos de Acordo para os corredores Trans-Kalahari, da Beira, Nacala e Mtwara.

Instrumentos jurídicos para a gestão dos corredores também foram assinados para os corredores Dar es Salaam-Walvis Bay-Ndola-Lubumbashi, e para o Corredor Central de Transporte.

Um acordo está actualmente em discussão para o Corredor Norte-Sul, enquanto os instrumentos ainda precisam

Corredores de Transporte na SADC	Estados Membros
1. Norte-Sul	Tanzânia, RDC, Zâmbia, Malawi, Moçambique, Zimbabwe, Botswana, África do Sul
2. Maputo	Moçambique, África do Sul, Swazilândia
3. Beira	Moçambique, Zimbabwe, Malawi, Zâmbia
4. Nacala	Moçambique, Malawi, Zâmbia
5. Mtwara	Tanzânia, Moçambique, Malawi, Zâmbia
6. Dar es Salaam	Tanzânia, Moçambique, Malawi, Zâmbia, RDC
7. Corredor Central de Transporte	Tanzânia, RDC, Uganda, Ruanda, Burundi
8. Trans-Kalahari	África do Sul, Botswana, Namíbia
9. Trans-Orange	Namíbia, África do Sul
10. Walvis Bay-Ndola-Lubumbashi (Trans-Caprivi)	Namíbia, Zâmbia, RDC
11. Trans-Cunene	Namíbia, Angola
12. Namibe	Angola, Namíbia
13. Lobito (Benguela)	Angola, RDC, Zâmbia
14. Malange	Angola, RDC

Zona Tripartida de Comércio Livre Quais são os desafios?

por Kizito Sikuka

O RECENTE lançamento de negociações para estabelecer um mercado integrado, abrangendo 26 países da África Oriental e Austral tem gerado intenso debate.

Uma das questões discutidas é se a Área de Comércio Livre alargada (ACL) reforçará a missão de África para aprofundar a integração regional e acelerar o progresso rumo a uma Comunidade Económica Africana.

Lançado em Junho, na Segunda Cimeira Tripartida de Líderes do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e a SADC, a grande ACL foi criada para impulsionar o comércio intra-regional e enfrentar o desafio de sobreposição de afiliações entre as regiões Africanas.

Os líderes africanos e são responsáveis pela formulação de políticas entendem que a multiplicidade de participação em comunidades económicas regionais restringe as aspirações de integração económica da região.

Assim, o COMESA, EAC e SADC estabeleceram um quadro que permite que todos os países dos três grupos possam trabalhar em conjunto em vários projectos.

Eles argumentam que os grandes projectos regionais têm a capacidade de atrair

investimentos em comparação com os pequenos, ao mesmo tempo que os projectos transfronteiriços têm a vantagem de um efeito sócio-económico positivo na região.

Uma ajuda para o programa de comércio ao longo do Corredor Norte-Sul já foi identificada pelo COMESA-EAC-SADC para melhorar as infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias, bem como para apoiar o comércio ao longo do corredor que atravessa oito países da África Oriental e Austral.

Alguns especialistas questionam a viabilidade comercial do projecto da ACL Tripartida, argumentando que o projecto poderá falhar a menos que medidas pragmáticas sejam postas em prática para aplicar plenamente o acordo.

A Directora do Centro de Estudos e Comerciais de Desenvolvimento (TRADES), Tendai Chigwanda, disse que poderá ser difícil para os países aderirem ao Acordo Tripartido, considerando que alguns não estão conseguindo cumprir os compromissos anteriores das respectivas ACL já acordadas no âmbito das pequenas Comunidades Económicas Regionais (CERs).

"A grande ACL é quase uma réplica do que já temos a nível individual de comunidades

regionais, excepto este que é um mercado maior", disse, acrescentando que, se os países membros em cada bloco não estão a conseguir satisfazer as suas próprias ACL, então o que é que garante que eles vão aderir a grande ACL.

Ela instou as CERs para lidarem individualmente com seus desafios específicos para que a formação de um grupo maior seja um sucesso.

Isto exige esforços concertados do COMESA-EAC-SADC para mobilizar recursos adequados e ao invés de só ficar à espera de financiamento de doadores é necessário gerar recursos próprios para atender aos requisitos.

Outro grande desafio para as três comunidades regionais é incentivar os Estados-Membros, para poderem comprar a ideia de uma grande ACL.

Por exemplo, no COMESA, alguns membros ainda não adoptaram a tarifa externa comum, enquanto alguns membros da SADC não cumpriram com as suas obrigações de comércio livre depois dos prazos terem expirados.

Além disso, Angola e a República Democrática do Congo manifestaram reservas, dizendo que eles não estão prontos para fazer parte de um mercado económico, devido a várias limitações, como fragilidades económicas após anos de guerra civil.

"Haverá muitos perdedores, a menos que se encontrem soluções para acomodar os países menores", disse Dianna Games, vice-Presidente do Grupo de Conselheiros e Parceiros Globais de África e Pacífico.

Por conseguinte, isto requer um esforço extra para garantir que as nações pequenas e fracas

não sejam empurradas para fora do negócio por parte dos países mais poderosos num mercado aberto.

A ligação física é outro desafio que enfrenta a grande ACL. As três comunidades precisam de colmatar o défice de infra-estrutura e reabilitar os portos e caminhos-de-ferro para promover o comércio intra-regional entre os países membros.

Devido à fraca ligação, a maioria dos países no COMESA-EAC-SADC negociam mais fora de África do que entre si.

Neste sentido, a integração regional é um trabalho em progresso que requer o apoio de todos, especialmente no desenvolvimento de corredores comerciais.

Apesar destes desafios, há um forte apoio político para a grande ACL, visto como crucial para desbloquear a próxima fase de desenvolvimento regional.

O grande projecto não é apenas a redução de barreiras tarifárias - é mais sobre como melhorar as infra-estruturas, uma vez que os países Africanos necessitam de reabilitar as instalações transfronteiriças existentes, bem como construir novas infra-estruturas para alcançar crescimento sócio-económico e desenvolvimento. □





SADC e BAD fortalecem segurança alimentar na Bacia do Okavango

SADC e O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) estão trabalhando num projecto para melhorar a gestão da água e segurança alimentar nos dois estados da Bacia do Okavango - Angola e Namíbia.

O projecto, intitulado "Gestão da Água, Agricultura e Segurança Alimentar da SADC - A montante da Bacia do Okavango", será apresentado ao conselho do BAD para aprovação a 25 de Outubro. Tem cinco componentes que cobrem o aumento da produtividade agrícola, a utilização e gestão sustentável dos recursos naturais, financiamento do desenvolvimento comunitário e institucional, desenvolvimento de infra-estrutura, e coordenação e gestão de projectos.

O objectivo principal da componente da produtividade agrícola será identificar e disseminar o conhecimento técnico de melhores abordagens para a gestão da água, produção agrícola (incluindo a pecuária e aquicultura) e acesso ao mercado para os pequenos agricultores dentro da área da bacia.

Outras actividades previstas no âmbito da sub-componente de produção de culturas incluem testes de campo e de demonstração de novas abordagens em pequena escala de produção, incluindo a utilização de técnicas de conservação de água, o uso ampliado de insumos, variedades melhoradas e diversificação de culturas.

Propõe-se também que haverá suporte técnico para a expansão da produção agrícola irrigada. Na Namíbia, a irrigação ocorre em grande parte do território através do "Esquema Verde" do governo que já está sendo implementado em dois outros locais no País com financiamento do BAD.

Na sub-componente da aquicultura, o projecto pretende fornecer suporte para cooperativas de pescadores em Cuito Cuanavale, Nancova, Cuchi e Cuelei em Angola, incluindo tanques de reabastecimento e fornecimento de kits de pesca.

A componente também prevê a expansão da prestação de assistência técnica para melhorar o armazenamento e

processamento pós-colheita, bem como marketing para os agricultores em Angola e na Namíbia.

A segunda componente do projecto vai se concentrar em garantir a gestão sustentável dos recursos naturais na área do projecto, com particular atenção para a utilização eficiente dos recursos hídricos.

As actividades principais e secundárias incluirão um inventário dos recursos naturais existentes na bacia dentro de Angola e Namíbia, bem como a demonstração de identificação e promoção de tecnologias agrícolas para o desenvolvimento sustentável e produtivo, incluindo a agricultura de conservação, técnicas de recolha, captação e retenção de água.

Esta componente também visa fortalecer o ordenamento do território e zoneamento de capacidade na Bacia do Okavango, incluindo zonas húmidas e gestão da zona tampão, a fim de garantir que ocorra um desenvolvimento sustentável da terra.

A comunidade e componente de desenvolvimento

institucional incidirá sobre a criação e o fortalecimento da capacidade local e capital social para o desenvolvimento económico sustentável e maior segurança alimentar.

Isso envolverá a criação de grupos de comunidades de usuários de água (sequeiro e irrigado) e outros grupos de interesses especiais, bem como o estabelecimento de um centro de pesquisa agrícola em Cuchi e um centro de formação profissional em Menongue, ambos em Angola.

O custo do investimento total do projecto é provisoriamente estimado em 66 milhões de dólares norte-americanos ao longo de um período de implementação de seis anos, com 37,5 milhões de dólares para Angola e 28,5 milhões de dólares americanos para a Namíbia.

A quarta componente do projecto vai envolver investimentos de infra-estruturas, particularmente estradas e pontes.

As principais actividades irão incluir uma sub-componente de desminagem em grandes extensões de terra em Angola para dar lugar a estradas e criar campos agrícolas, bem como a reabilitação e construção de canais, armazenamento e distribuição de água nos dois países da bacia.

A construção e reabilitação de estradas serão cruciais para abrir as principais rotas de abastecimento da cadeia agrícola para os agricultores na área da bacia.

Existem também planos para o estabelecimento do Fundo de Investimento da Comunidade Okavango, um fundo de investimento de pequena escala acessível pelas comunidades, grupos e empresários locais para fornecer financiamento a custos repartidos de actividades produtivas à nível local. □

Malawi aprova criação de universidade agrícola

O PARLAMENTO do Malawi aprovou um projecto de lei para desvincular a Escola Superior de Agricultura de Bunda da Universidade do Malawi (UNIMA) para abrir caminho para a criação da Universidade de Agricultura e Recursos Naturais de Lilongwe (LUANR).

O Ministro da Educação, Ciência e Tecnologia, Peter Mutharika, disse ao Parlamento que o projecto de lei da Universidade de Agricultura e Recursos Naturais de Lilongwe pretende conjugar a escola de

Recursos Naturais de Bunda e a Estação de Pesquisa Agropecuária de Chitedze, para constituir uma faculdade.

"A Escola Superior de Agricultura Bunda vai continuar com o mesmo nome como uma faculdade constitutiva da Universidade de Lilongwe", disse Mutharika.

De acordo com Mutharika, o estabelecimento da LUANR é um sinal do compromisso do governo do Malawi para mover o País de uma economia baseada em recursos para uma baseada no conhecimento.

Ele disse que há planos para ligar a universidade agrícola com instituições similares em todo o mundo para melhorar a capacidade do Malawi como líder na produção de alimentos na região da SADC.

O Malawi registou um crescimento significativo na produção de alimentos durante os últimos anos. Como resultado desta evolução no sector agrícola, o Malawi deixou de ser um país com um défice alimentar e passou a produzir excedentes de cereais para exportação para outros países da SADC. □



Metas da SADC para financiamento do clima

por Eglina Tauya

PARCEIROS DO sector de Águas NA África Austral dizem que a região deve urgentemente produzir projectos financiáveis que se qualificam para o proposto fundo de mudanças climáticas de forma a lidarem com os desafios da água na região.

Esta posição saiu do 5º Diálogo Multilateral de Parceiros do Sector de Águas na SADC realizado recentemente em Mbabane, Swazilândia, onde cerca de 150 delegados de Estados Membros da SADC discutiram formas de acesso aos fundos de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

O acesso ao proposto Fundo Verde do Clima (GCF) pelas nações em desenvolvimento será um dos temas da actualidade na próxima reunião mundial sobre as mudanças climáticas que terá lugar em Novembro deste ano, na África do Sul.

Conforme foi observado na reunião, a gestão da água é uma das estratégias de adaptação mais utilizadas na África Austral e a região deve urgentemente encontrar formas de ter acesso a alguns dos fundos globais destinados a fortalecer os programas existentes.

Em relação à água, a Declaração feitas pelas Nações Unidas em 2000 sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tem como meta reduzir para metade a população sem acesso a água potável até 2015. Mas a questão chave para a África Austral é até que ponto a região está em condições de atingir esta meta?

A reunião notou que na maioria dos países, a revisão dos objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) indica que há necessidade de se redobrar os esforços caso se pretenda alcançar progressos significativos.

Da mesma forma, o Plano Económico da SADC, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), estabeleceu metas para o sector da água, que incluem o desenvolvimento de infra-estruturas hídricas necessárias para duplicar as áreas de irrigação até 2015.

A reunião notou que tais objectivos não podem ser realizados a menos que recursos adequados estejam disponíveis para desenvolver as infra-estruturas necessárias para este sector, razão pela qual o tema deste ano está centrado para a questão do financiamento de infra-estruturas de água, mais especificamente através de oportunidades oferecidas no quadro do financiamento do clima.

Diálogo Multilateral de Parceiros do Sector de Águas na SADC é uma actividade anual que resulta da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (IWRM), uma componente do Programa de Sensibilização do Sector

SADC desenvolve posição comum sobre COP 17

A SADC desenvolveu um "quadro" comum destinado a moldar e apoiar uma resposta às mudanças climáticas de forma a garantir que a região vá para as próximas conversações das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, em Novembro, com uma só voz.

O quadro seria implementado ao longo dos próximos cinco anos e o foco seria colocado na observação sistemática e monitoria dos efeitos das alterações climáticas, vulnerabilidade e risco, e estratégias de mitigação e adaptação.

Esforços serão direccionados também para reforçar as

Regional da Água SADC-DANIDA, adstrito ao Plano de Acção Estratégico Regional da Divisão de Águas da SADC.

Desde 2007, a SADC tem conduzido estes diálogos como uma plataforma para os actores regionais discutirem e partilharem experiências sobre diferentes aspectos da IWRM.

Os diálogos de água decorrem sob o tema geral "Desenvolvimento de Rega na SADC" e destacam como as abordagens de IWRM podem lidar com os aspectos fundamentais do desenvolvimento sócio-económico e redução da pobreza na África Austral.

O tema deste ano foi "Desenvolvimento da Rega na SADC: Financiamento da Água para a Resiliência Climáticas garantir a segurança regional".

O diálogo de Mbabane foi importante para a questão do desenvolvimento de infra-estruturas, porque os 15 países da SADC procuram conseguir financiamento climático, dado

que os seus governos não têm orçamentos suficientes para investirem em infra-estruturas hídricas.

O Director de Infra-Estrutura e Serviços na SADC, Remy Makumbe, disse que a região já desenvolveu alguns instrumentos que garantam a utilização eficaz dos fundos pelos Estados-Membros.

Tais instrumentos já em implementação, incluem o Programa de Desenvolvimento de infra-estruturas de Água na SADC,

"Vamos definir projectos dentro de cada Estado-Membro e assegurar que todos aqueles que estejam integrados utilizem os fundos dentro desses instrumentos", disse ele.

O diálogo trouxe uma maior compreensão sobre as questões relacionadas com o financiamento do clima, bem como uma maior valorização de oportunidades de financiamento disponíveis para a adaptação às mudanças climáticas no que diz respeito aos recursos hídricos. □

capacidades regionais em termos de infra-estruturas, arranjos institucionais e quadros políticos, de acordo com um relatório publicado durante uma reunião de funcionários dos Ministérios do Meio Ambiente dos Estados Membros da SADC realizada recentemente em Pretoria, África do Sul.

"Eu vejo este processo como um passo muito importante. Nós não vamos para COP17 [Conferência das Partes 17 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Durban] vestindo casacos diferentes, apesar de falarmos com vozes diferentes", disse Rungano Karimanzira,

Diretor do Ministério de Ciência e Tecnologia do Zimbábwe. "Nós desenvolvemos um quadro comum para fazer avançar para a próxima etapa, que é a implementação."

As Nações em desenvolvimento estão lutando contra a relutância de alguns dos países mais desenvolvidos do mundo, como os Estados Unidos, Canadá e Japão, para se inscrever para um segundo período de compromisso para o Protocolo de Kyoto, adoptado pela ONU em 1997, que marcou o início da colaboração internacional em estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. □

INVESTIMENTOS EM ENERGIA NA SADC

Sumário da Política de Energia No. 6, Agosto 2011

1. Introdução

A actual escassez de energia na África Austral têm levado ao surgimento vários projectos destinados a aumentar a capacidade de produção na região.

A partir de 2000, a SADC tem trabalhado no investimento e desenvolvimento de infra-estrutura de energia para conter a falta de energia eléctrica que tem afectado a maioria dos Países da região, introduzindo programas para disseminar de forma equitativa as fontes disponíveis.

Os Estados-Membros, através do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), identificaram uma série de projectos prioritários para a implementação, nos próximos anos, para resolver a situação energética na região.

Entre 2009 e 2013, o SAPP espera que os Países membros possam implementar projectos que adicionarão cerca de 8.800 megawatts (MW) de electricidade para a rede regional, permitindo que a região possa equilibrar a oferta e a demanda.

No entanto, o tempo de espera para a maioria dos projectos de produção de energia é longo. Cinco a sete anos são necessários a partir do dia em que se efectua a ligação no local do projecto até o dia em que um usuário de electricidade pode ligar a luz do outro lado.

Assim, o horizonte de planeamento do SAPP se estende até 2020 e mais além, quando a maioria dos projectos que iniciam a partir de agora estiverem prontos, caso os mesmos decorram em conformidade com o plano.

Os projectos que estariam prontos em 2013 deveriam ter começado em 2008, mas a indisponibilidade de fundos, entre outros desafios, continuam a dificultar o processo de implementação.

2. Opções de financiamento

O sector de energia da SADC requer grandes investimentos na próxima década. Estimativas indicam que o nível total de investimento necessário para trazer estabilidade à situação de energia regional é de 83.000 milhões de dólares norte-americanos, caso a região opte por projectos de menor custo de energia, como centrais hidroeléctricas - ou um extra de 480 bilhões de dólares se for optado pelo mais caro "Caso Base", rota que depende fortemente de alto custo de opções, tais como produção através do carvão.

O primeiro cenário, ou "Caso Alternativo" é baseado no custo mínimo pelo qual o projecto de alto custo de produção de energia térmica a carvão é substituído por opções de baixo custo, tais como produção de energia hidroeléctrica e gás.

O financiamento do sector público sob a forma de empréstimos bilaterais de doadores e bancos de desenvolvimento até agora tem sido a principal fonte de financiamento para o investimento do sector de energia na região da SADC. O financiamento dos doadores tem sido um investimento mais popular para o sector de energia da SADC, embora essa opção esteja em declínio devido às pressões económicas nos Países de origem tradicional e por não há necessidade de aumentar o financiamento do sector privado.

O Sector privado de financiamento e as concessões ultimamente têm surgido como opções, mas necessitam de concorrência e regulação correcta do mercado uma vez que as tarifas bem acima do custo marginal de longo prazo podem ser aplicadas para a exploração dos consumidores.

O sector privado tem evitado envolver-se em grandes projectos de infra-estruturas destinados a aumentar a fonte de abastecimento regional, alegando as restritivas leis nacionais como uma das razões para não investir.



Oportunidades e Desafios do Desenvolvimento da Energia na África Austral

Opções de parceria Público Privada (PPP), onde ambos os sectores público e privado adquirirem capital num projecto de uma forma ou de outra tem estado a ganhar espaço na SADC.

Um caso é a Companhia de Transmissão de Moçambique (MOTRACO) que tornou-se um exemplo emblemático da cooperação entre os sectores público e privado no fornecimento de energia eléctrica a preços acessíveis para as comunidades. Formada em 1998, o projecto envolveu a construção e operação de linhas de transmissão de energia eléctrica que interligam três países - África do Sul, Swazilândia e Moçambique.

Ele foi criado para o transporte de electricidade da África do Sul em nome de empresa moçambicana de electricidade (EDM), o Conselho de Electricidade Suazilândia e o Grupo de Recursos BHP Billiton, bem como a venda de energia a fundição de alumínio Mozal Billiton, em Moçambique.

3. Oportunidades

O forte crescimento económico experimentado pela SADC durante os últimos cinco anos, resultou num maior investimento em infra-estruturas de entrega e serviço. Isso tem impulsionado o crescimento da demanda de energia.

O recém-formado Projecto de Preparação e Facilidade de Desenvolvimento da SADC (PPDF) abriu uma janela para o agrupamento completo de projectos de infra-estruturas na comunidade.

O objectivo do fundo é mobilizar investimentos e financiamentos para os sectores de energia e outros, com foco no financiamento de projectos de investimentos regionais comercialmente viáveis, bem como a mobilização do financiamento das mudanças climáticas para atender às preocupações ambientais e os desafios enfrentados pelo sector de energia da SADC.

Oportunidades de investimento no sector da energia da SADC não se limitam ao desenvolvimento de grandes infra-estruturas, tais como centrais eléctricas. Existe uma ampla margem para a participação do sector privado no nascente sector de energia renovável.

O forte crescimento do mercado do sector de energia solar ou fotovoltaica (PV) torna dominante a Tecnologia de Energia Renovável (RET), na região da SADC. Existem oportunidades de investimento na criação de capacidade de produção melhorada dos componentes do sistema PV como baterias solares, luzes directas e controladores de carga.



ENERGIA

AUSTRAL

Desenvolvimento de Financiamento de

O crescimento no sector de electrificação doméstica solar também gera oportunidades para a criação de aparelhos de baixa potência DC, tais como aparelhos de televisão.

A maior parte dos investimentos realizados no mercado RET na África Austral é, no entanto, centrada a nível nacional sem ter em conta os potenciais impactos regionais. Há uma necessidade para o desenvolvimento de um quadro regional para facilitar a coordenação dos investimentos em tecnologias de energia renovável.

SADC está actualmente trabalhando numa Estratégia Regional de Energias Renováveis que visa promover a captação de energia limpa e garantir que a África Austral aproveite as numerosas oportunidades de energias renováveis existentes na região.

A estratégia seria apoiada por outros programas de energia limpa que incluem o Programa da SADC Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Com base numa análise da SADC, há um potencial para 19 mil MW de projectos de produção a ser implementado no âmbito do MDL na região.

A mudança de um sector energético monopolista dominado por empresas estaduais para uma abordagem de mercado mais liberalizado em vários Estados Membros da SADC, abriu as oportunidades para Produtores e distribuidores Independentes de Energia (PIEs).

Isso é importante para projectos de produção ligados à rede, como a eólica ou hídrica, mas também para os provedores de serviços de energia, como distribuidoras de energia eléctrica rural.

4. Desafios

Enquanto a participação do sector privado é agora vista como uma alternativa adequada para o financiamento tradicional de energia, ela tem as suas próprias falhas. Actores do sector privado não estão dispostos a resolver todos os problemas de interesse público, salvo em caso de um retorno atraente sobre o investimento. Como resultado, os adversários desta abordagem argumentam que o futuro do sector de energia da SADC não pode ser apenas deixado nas mãos do sector privado.

Diante da necessidade cada vez maior para garantir a acessibilidade por todos os consumidores, o sector público será sempre a principal fonte de financiamento para a provisão de infra-estrutura no sector.

Um dos principais obstáculos ao investimento do sector privado em infra-estrutura é geralmente a falta de preparação do

projecto, desenvolvimento, marketing e financiamento de estudos de viabilidade. Há, portanto, o desafio para descompactar os projectos propostos, a fim de desenvolvê-los a um estágio financiáveis.

Em conformidade com esta iniciativa, o Secretariado da SADC obteve um financiamento para preparação e desenvolvimento de projectos e estudos de viabilidade. Através do Banco Mundial, a capacitação seria assegurada pelo Secretariado da SADC para os Estados-Membros no tocante ao planeamento, preparação e desenvolvimento de projectos para todas as infra-estruturas.

Embora o conceito de PPP tem sido geralmente aceites na SADC, apenas um punhado de países da África Austral têm mercados robustos de PPP e muitos não têm requisitos institucionais de políticas e dispositivos legais.

Mas para poucos países como a Zâmbia, a maioria dos Estados Membros da SADC estão ainda a abraçar plenamente o conceito de PPP, apesar de ser parte no Memorando de Entendimento do SAPP que formalmente permite actores do sector privado trabalharem na área de energia para a região.

Neste contexto, em Junho de 2010 em Victoria Falls, Zimbabwe, os ministros das Infra-estruturas da SADC encarregaram o Secretariado da SADC para desenvolver uma Estratégia de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas para atrair fundos privados para infra-estrutura através de PPP.

Desde então, o Secretariado da SADC tem trabalhado estreitamente com o Centro de Recursos e Desenvolvimento Financeiro da SADC (DFRC) para desenvolver uma estratégia de desenvolvimento PPP para a SADC, com assistência técnica e financeira da empresa de cooperação técnica alemã, GIZ.

A falta de informação e ideias erradas sobre o potencial para RETs, e particularmente em tecnologias fotovoltaicas para a electrificação rural, tende a ter um impacto negativo sobre o desenvolvimento do sub-sector.

A ausência de medidas como isenções fiscais e outros incentivos para RETs é muitas vezes visto como uma grande barreira ao desenvolvimento do mercado.

5. Conclusões e Recomendações

É possível expandir o desenvolvimento de energia e eliminar a falta de energia na SADC, e faz sentido fazê-lo. Há, no entanto, necessidade urgente de políticas regionais para superar os obstáculos estruturais que impedem o investimento do sector privado.

Será necessária uma cooperação política a nível regional para estimular o investimento em projectos de energia e colher os benefícios de fornecimentos ininterruptos e confiáveis. Essa cooperação tem de lidar com dois desafios urgentes:

- Os formuladores de políticas devem enfrentar o desafio de torná-lo economicamente viável para os investidores privados tomarem um papel activo no sector da energia, mantendo uma estrutura de preços que seja acessível a todos os consumidores. Por exemplo, para a sustentabilidade do sector, as tarifas precisam de ser fixadas a níveis realistas, proporcional ao custo da prestação do serviço, equilibrando a necessidade de permitir o acesso pela maioria, e
- As políticas devem criar incentivos financeiros para os desenvolvedores do projecto e cadeia de suprimentos, principalmente no crescente sub-sector de energia renovável. Mecanismos de apoio existentes na África Austral operam a nível nacional. □

Mais Países aderem a energia renovável

O **RELATÓRIO** da Situação Global de Energia Renovável 2011 (GSR) mostra que o sector das energias renováveis continua a se desenvolver bem, apesar da recessão económica continuar, do corte de incentivo e da redução dos preços do gás natural.

Em 2010, a energia renovável forneceu cerca de 16 por cento do consumo global de energia final e disponibilizou cerca de 20 por cento da electricidade global.

"O desempenho global de energia renovável, apesar dos ventos contrários tem sido uma constante positiva em tempos turbulentos", disse Mohamed El-Ashry, presidente do Comité Consultivo da Rede de Energias Renováveis para o Século 21 (REN21) que produziu o relatório. Ele disse que as pessoas agora mais do que antes obtêm energia de fontes renováveis uma vez que a capacidade continua a crescer e os preços a cair.

A produção Solar global ou fotovoltaica (PV) e os mercados duplicaram em 2010 em relação a 2009, graças a programas governamentais de incentivo e da queda cont nua dos preços do módulo PV.

Globalmente, a energia eólica acrescentou a maior parte da nova capacidade, seguida por energia hidrométrica e da energia solar fotovoltaica.

Pol ticas de energias renováveis continuam a ser o principal motor do crescimento das energias renováveis.

No in cio de 2011, pelo menos, 119 pa ses tinham alguma forma de meta de pol tica ou pol tica de apoio às energias renováveis a n vel nacional. Isso foi mais que o dobro dos 55 pa ses que tinham abraçado energia renovável em 2005.

Mais da metade dos 119 pa ses estão no mundo em desenvolvimento.

Pelo menos 95 pa ses já têm algum tipo de pol tica de apoio

à produção de energia renovável. De todas as pol ticas aplicadas pelos governos, tarifas de abastecimento continuam a ser as mais comuns.

No ano passado, o investimento em projectos de energias renováveis atingiram um recorde de 211.000 milhões dólares norte-americanos, cerca de 30 por cento a mais dos 160 biliões de dólares investidos em 2009, e mais de cinco vezes do valor investido em 2004.

China atraiu 48,5 biliões de dólares, ou mais de um terço do total mundial, mas também outros pa ses em desenvolvimento experimentaram uma importante evolução em termos de pol ticas, investimentos, tendências de mercado e fabricação.

Além da Ásia, avanços significativos também são vistos em muitos pa ses latino-americanos, e pelo menos 20 pa ses no Médio Oriente, Norte da África e África subsaariana têm activos mercados de

energia renovável, diz o relatório.

"A actividade aumentada de energia renovável em pa ses em desenvolvimento destacada no relatório deste ano é muito animadora, pois a maior parte do crescimento futuro na demanda de energia está prevista para ocorrer nos pa ses em desenvolvimento", disse El-Ashry.

"Um número crescente de pessoas no mundo estão tendo acesso aos serviços de energia através de fontes renováveis, não só para satisfazer suas necessidades básicas, mas também para permitir-lhes desenvolver economicamente."

A energia renovável nas áreas mais remotas está a garantir que mais de pessoas do mundo estejam tendo acesso a serviços básicos de energia, incluindo a iluminação e comunicações, cozinha, aquecimento e refrigeração e bombeamento de água, além de gerar crescimento económico através de serviços como força motriz. □



Destaques do Relatório:

- Capacidade renovável já responde por cerca de um quarto da capacidade total de produção de energia global e fornece cerca de 20 por cento da electricidade global.
- Os pa ses em desenvolvimento (em conjunto) têm mais de metade da energia global derivada de energia renovável.
- A China lidera o mundo na instalação de turbinas eólicas e sistemas solares térmicos e foi o maior produtor hidroeléctrico em 2010. O pa s adicionou cerca de 29 GW de capacidade ligados em rede renováveis, para um total de 252 GW, um aumento de 13 por cento em comparação com 2009.
- Energias Renováveis representaram cerca de 26 por cento da capacidade total de electricidade instalada na China em 2010, 18 por cento da produção, e mais de nove por cento do abastecimento de energia final.
- Os pa ses em desenvolvimento, que agora representam mais da metade de todos os Pa ses com metas pol ticas e metade de todos os pa ses com pol ticas de apoio às energias renováveis, estão desempenhando um papel cada vez mais importante no avanço das energias renováveis.

Fundo de Energia para a África

O **Conselho** de Administração do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) aprovou um acordo de cooperação técnica com o governo da Dinamarca para a criação de um Fundo de Energia Sustentável para a África (SEFA).

O fundo será usado para a capacitação e investimento em energia sustentável durante um período de cinco anos. O orçamento do fundo é de 300 milhões de coroas dinamarquesas (cerca de 57 milhões de dólares).

O objectivo do SEFA é fornecer capital de capacitação e investimento técnico para apoiar o fornecimento de energia sustentável para pequenas e médias empresas em África.

A proposta de criação de um fundo de energia sustentável para a África demonstra um forte compromisso por parte do governo da Dinamarca para apoiar os pa ses, através do banco, para lidar com os grandes desafios do desenvolvimento no sentido da consecução das Metas de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015.

Pretende-se que o SEFA finalmente se torne um fundo de vários doadores e de outros parceiros que concordarem em participar.

União Aduaneira na África Austral

SACU diz que se deve reavaliar as opções

A UNIÃO Aduaneira da África Austral (SACU) deve reavaliar a sua viabilidade como um arranjo de integração, de modo a alinhar-se com os desenvolvimentos a nível mundial e o esforço renovado para uma integração regional mais profunda no interior de África, disse a Secretária Executiva Tswelopele Moremi.

Falando na conferência regional da SACU recentemente realizado na África do Sul, Moremi disse que o recente lançamento de negociações para uma Área tripartida

de Comércio Livre (ACL), abrangendo 26 Países da África Oriental e Austral, fornece um maior impulso para SACU se transformar.

"Nós, portanto, acolhemos esta oportunidade para compartilhar nossos desafios com nossos parceiros e partes interessadas, e esperamos produzir soluções concretas para os desafios que enfrentamos uma vez que procuramos uma integração mais profunda na região", disse ela.

"Com relação à integração regional, nos deparamos com

a questão crítica do posicionamento da SACU dentro do quadro mais amplo de integração regional e continental. Como os esforços para aprofundar a integração estão intensificar, acreditamos que a história da SACU e da experiência pode fornecer um valioso contributo para os esforços de integração regional.

"A SACU integra África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia e Suazilândia - todos eles membros da SADC com a Suazilândia também a pertencer o COMESA. *Swazi Observer* □

Botswana cria zonas económicas especiais

A AUTORIDADE de Investimento e Desenvolvimento de Exportações do Botswana foi encarregue pela criação de um órgão provisório para velar pela implementação de Zonas Económicas Especiais (ZEE) do país.

O estabelecimento de ZEE poderá reduzir a burocracia e atrair potenciais investidores. Os sectores visados por estas zonas especiais incluem manufatura, turismo, ciência e tecnologia.

Vários países da SADC, como Moçambique e África do Sul já tem essas zonas que têm ajudado a atraírem o investimento crucial para impulsionar o crescimento económico. □

Botswana e Moçambique assinam acordos comerciais

BOTSWANA E Moçambique assinaram vários acordos formalizando planos para investir em conjunto em vários projectos que darão acesso do Botswana para o Oceano Índico.

Entre os projectos figura uma proposta de 7 biliões dólares norte-americanos para o porto de águas profundas a ser estabelecida na região Techobanine, em Moçambique, assim como uma linha férrea de 1100 km para ligar a região

sul de Moçambique e o Botswana, passando por Zimbabwe, e um oleoduto entre os dois países.

O Presidente do Botswana, Ian Khama, e seu homólogo moçambicano, Armando Guebuza, assinaram os acordos durante a recente visita de Khama a Moçambique.

Os dois líderes também concordaram em aumentar a cooperação no suprimento de electricidade e combustivel para o Botswana, bem como

formação de diplomatas do Botswana no Instituto Superior de Relações Internacionais em Moçambique (ISRI).

Transporte e Comunicações, Paulo Zucula, foi citado como tendo dito que as instalações a serem criados permitirão ao Botswana importar mais de cinco milhões de metros cúbicos de combustivel por ano através de Moçambique.

Zucula também notou o interesse de Botswana em investir na capacidade de produção da Hidroeléctrica de Cahora Bassa e da barragem de Mphanda Nkuwa, como forma de reduzir as suas necessidades de electricidade.

"O porto e a linha férrea também tornarão possível o transporte de carvão para Botswana. É importante notar que, após a construção do porto, o sector privado será chamado para construir terminais de contentores e de combustivel, o que significa que o investimento será superior a 7.000 milhões dólares", disse Zucula.

Ele disse que estudos de viabilidade foram já concluídos para a maioria dos projectos conjuntos, acrescentando que os trabalhos começam no próximo ano. □

Swazilândia resgata seguro económico

A ÁFRICA do Sul ampliou um empréstimo de 2.4 biliões de Rands (cerca de 355 milhões dólares EUA) para a vizinha Swazilândia após o reino, à beira da falência, ter sido rejeitado por outros credores.

O empréstimo será oferecido em três parcelas, a partir de Agosto, de acordo com um comunicado do Departamento de Tesouro na África do Sul.

Sob os termos do empréstimo, a Swazilândia deve proteger a desvalorização da moeda local, o Lilangeni, e do rand sul-Africano. É preciso

também fortalecer os relatórios financeiros e auditoria das contas.

O Rei Mswati III da Swazilândia também anunciou que tinha garantido um empréstimo de 1 bilhão de Lilangeni (cerca de 137 milhões de dólares) da União Europeia que seriam usados para o desenvolvimento de infra-estruturas, particularmente no sector agrícola.

"Esperamos que o apoio financeiro que recebemos possa ajudar a reduzir o País a partir dos problemas fiscais", disse ele. *The Times of Swaziland* □

Aliança beneficia o turismo na África Austral

A ASSOCIAÇÃO dos Serviços de Turismo da África Austral e a Organização Regional do Turismo da África Austral (RETOSA) assinaram um Memorando de Entendimento, em conjunto, para melhorar as comunicações comerciais do turismo na região.

Nos termos do acordo, os Estados-Membros deverão contribuir com conteúdo editorial sobre o seu comércio turístico para publicação na Revista do Turismo, que se tornará jornal oficial de comércio da região.

"É um reflexo da vontade de forjar relações significativas que irão reforçar a visibilidade para a região entre os intervenientes do turismo em todo o mundo", disse a Directora Executiva da RETOSA, Francis Mfune. □



Maurícias lutam pela igualdade de Género

AS MAURÍCIAS estão a fazer progressos na promoção da igualdade de género possuindo agora várias mulheres nos altos cargos do serviço público.

Segundo os últimos Indicadores Económicos e Sociais (ESI) sobre as estatísticas de género publicadas pelo Escritório Central de Estatísticas, o número de mulheres em altos cargos duplicou nos últimos 10 anos.

No entanto, apesar da participação das mulheres na política e na tomada de decisão ser cada vez maior, a representação continua a ser baixa na região, e esforços concertados terão de ser feitos para cumprir com as metas regionais e continentais.

Em 2010, havia apenas 13 parlamentares mulheres em um total de 69, representando cerca de 19 por cento de todos os legisladores.

Embora o número de mulheres candidatas à Assembleia Nacional tenha aumentado quase quatro vezes nos últimos 20 anos, elas representaram apenas 11 por cento dos candidatos para a Assembleia Nacional nas eleições legislativas de 2010.

Da mesma forma, existem apenas três mulheres ministras, representando 12 por cento de um Governo de 25 membros.

Trata-se de Sheilabai Bappoo, Ministra para a Igualdade de Género, Desenvolvimento da Criança e Assistência Social; Leela Dookun-Luchoomun, Ministra da Segurança Social, Solidariedade Nacional e Reforma Institucional, e Santi Hanoomanjee, que é Ministra da Saúde e Qualidade de Vida.

Em 2005, as Maurícias tinham duas ministras no Governo de 22 membros, representando nove por cento. Assim, as recentes nomeações aumentaram um pouco a representação de género.

No entanto, o número ainda está aquém da meta da SADC de 50 por cento das mulheres nos cargos de tomada de decisão no sector público e privado, até

2015, definida pela Cimeira da SADC em consonância com a decisão da União Africana, contra a meta anterior de 30 por cento que tinha sido definida para 2005.

Antes de expirar o prazo para a meta regional, está prevista a realização de mais uma eleição nas Maurícias e as expectativas são elevadas para garantir que o objectivo seja cumprido.

As Maurícias e Botswana são os dois únicos Estados-membros da SADC que ainda estão por assinar os anexos do protocolo.

Os Ministros da SADC responsáveis por assuntos de género / mulheres aprovaram recentemente um roteiro para a operacionalização do

Protocolo que vai permitir a implementação e uma abordagem sistemática de género, tanto a nível regional e nacional. □



Sheilabai Bappoo



Leela Dookun-Luchoomun



Santi Hanoomanjee

Promover a justiça para todos: ONU Mulher

APESAR DAS conquistas globais na promoção da igualdade de género, milhões de mulheres continuam a sofrer injustiça e violência, refere recente relatório da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher.

O relatório - Progresso das Mulheres do Mundo: Em Busca de Justiça - nota que um total de 139 dos 193 Estados membros garante agora a igualdade de género nas suas constituições.

A região da SADC é uma das poucas regiões no mundo que tem feito esforços consideráveis para eliminar a injustiça de género e violência, e onde os direitos das mulheres e homens estão consagrados na maioria das constituições nacionais.

Apesar dessas conquistas, na África Austral as tendências globais revelam que as mulheres continuam a sofrer violência, a injustiça e a desigualdade nas suas casas e locais de trabalho.

Para garantir que a justiça se torne uma realidade para todas as mulheres, a ONU Mulher tem apelado aos governos a revogar as leis que discriminam as mulheres e garantir que a legislação proteja as mulheres da violência e da desigualdade no lar e no trabalho.

O relatório diz que os governos devem investir mais em sistemas de justiça para que

possam responder às necessidades das mulheres ao mesmo tempo que há necessidade de colocar mulheres nas instituições de justiça tais como a polícia, poder judiciário, legislativo e como activistas da sociedade civil.

Vários Estados-Membros da SADC possuem já legislação local que proibe a violência doméstica. (Veja tabela). Algumas das medidas introduzidas pela SADC para reduzir a discriminação e injustiça de género incluem a consideração do estupro marital como uma ofensa criminal.

A África Austral já alcançou uma percentagem de mais de um terço das mulheres na política, a nível parlamentar, com cerca de 20 por cento, uma cifra só superada pelos Países nórdicos, que detém 40,8 por cento e as Américas com 21,4 por cento.

A percentagem média regional de mulheres no Parlamento é maior do que a média mundial situada nos 18,5 por cento. A média subsaariana é de 18,6 por cento, a da Ásia é de 18,4 por cento, a do Pacífico é de 15,2 por cento, e a dos Estados Árabes é a mais baixa (9,1 por cento).

Na região, a África do Sul tem a maior representação proporcional de mulheres no parlamento, com 45 por cento, seguido por Moçambique, com 39,2 por cento. Angola e a República Unida da Tanzânia têm 38,6 por cento e 36 por cento, respectivamente.

Estes países têm sistemas eleitorais que incentivam a participação das mulheres na política e, na Tanzânia, uma representação mínima de 30 por cento é uma exigência constitucional. □

Estados Membros da SADC com a legislação sobre Violência Doméstica em vigor

Botswana	Lei de Violência Doméstica 2007
Madagáscar	Lei para punir a violência contra a Mulher 2000
Malawi	Acta da Prevenção da Violência Doméstica 2006
Maurícias	Acta de Protecção contra a Violência Doméstica 1991
Moçambique	Lei contra a Violência Doméstica 2009
Namíbia	Acta de Combate à Violência Doméstica 2003
África do Sul	Lei de Violência Doméstica 1998
Zimbábue	Acta de Prevenção da Violência Doméstica e Protecção das vítimas de violência doméstica 2007

Fonte: Quinze anos da implementação, em África, da Plataforma de Acção de Beijing 1995-2009, ECA relatório principal, Novembro de 2009



Zâmbia vai às urnas a 20 de Setembro

por Patson Phiri

A **ZÂMBIA** vai realizar eleições gerais a 20 de Setembro na sequência da dissolução do Conselho de Ministros e da Assembleia Nacional pelo Presidente Rupiah Banda, no final de Julho, de acordo com a Constituição do país.

Banda anunciou numa transmissão ao vivo que ele tinha assinado a Ordem da Declaração Eleitoral (a data das Eleições Gerais), a qual dissolveu efectivamente o Governo e Parlamento a partir de 28 de Julho de 2011.

"Além disso, também assinei a Ordem das eleições autárquicas (Data e Hora da votação)... Isto significa que as eleições autárquicas serão realizadas em conjunto com as eleições presidenciais e parlamentares", disse o Presidente Banda. "Eu anuncio agora para a nação que as eleições serão realizadas a 20 de Setembro de 2011."

Banda, do partido governamental Movimento para a Democracia Multipartidária (MMD), enfrentará um grande desafio dos líderes da oposição Michael Sata, da Frente Patriótica (PF) e Hakainde Hichilema do Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional (UPND).

O MMD foi o primeiro partido político a revelar seus 150 candidatos parlamentares em Julho, incluindo cerca de 15 mulheres.

Outros partidos estão ainda por anunciar os seus candidatos para as eleições parlamentares.

Um total de 709 candidatos disputou os 150 assentos da Assembleia Nacional durante as eleições de 2006, dos quais 103 eram mulheres.

Banda observou que a Zâmbia tem uma história orgulhosa da democracia que deve ser acolhida e exortou a todos os partidos políticos e candidatos para o governo local,

Assembleia Nacional e as eleições presidenciais para que realizem com honra, integridade e imparcialidade as suas campanhas.

Ele apelou aos zambianos para evitar mentiras, manchas, banditismo político e campanha negativa.

"A revisão do Código de Conduta Eleitoral de 2011 estabelece claramente as regras e regulamentos relativos ao processo eleitoral que vem. Assim, exorto a todos os

candidatos e a todos os órgãos abrangidos pelo Código para aderirem a ele", disse.

As eleições multipartidárias serão as sextas que decorrem na Zâmbia desde a re-introdução do multipartidarismo em 1991, quando o partido de libertação do país, o Partido Unido para a Independência Nacional (UNIP), perdeu o poder a favor do MMD.

Os preparativos para as eleições gerais estão a progredir bem, com a Comissão Eleitoral

da Zâmbia (ECZ) anunciando que precisa de mais de 60.000 funcionários para organizarem as eleições deste ano.

A Directora da ECZ, Priscilla Isaac, disse que a comissão deu início a várias actividades legais e administrativas necessárias para assegurar que as eleições sejam conduzidas à letra e ao espírito das leis do país, e para a satisfação das partes interessadas.

As actividades incluem o recenseamento eleitoral, um exercício de delimitação, revisão do Código de Conduta Eleitoral e recrutamento de oficiais de votação.

A ECZ disse 1.279.181 novos registos haviam sido efectuados até o final do exercício de recenseamento eleitoral em Março, fazendo subir o número total de eleitores para 5.223.316.

A verificação provisória do registo terminou a 12 de Junho e agora a ECZ está a consolidar os dados para validá-los até 31 de Julho.

"A comissão não poderá prolongar este exercício pelo facto do registo definitivo ter que ser validado até o dia 31 de Julho de 2011 e qualquer extensão pode atrasar o processo", disse Isaac.

Esta será a segunda vez que a ECZ irá usar um sistema de registo informatizado de eleitores, introduzido em 2006.

Detalhes de todos os eleitores, incluindo impressões digitais, estão disponíveis electronicamente, o que acelera o processo de verificação.

Em consulta com uma secção transversal de partes interessadas, a comissão procedeu a uma revisão do Código de Conduta Eleitoral, em 2010, com vista a fortalecê-lo.

Isaac disse que o código será traduzido em sete línguas vernáculas e distribuído para as áreas rurais. *sardc.net* □



Zambianos estão prontos para ir às urnas, combinando eleições presidenciais, parlamentares e dos governos locais

Oposição do Botswana forma coligação

TRÊS PRINCIPAIS partidos da oposição no Botswana concordaram em formar uma coligação que vai disputar com o Partido Democrático do Botswana (BDP) nas próximas eleições gerais a serem realizadas em 2014.

Os partidos - Frente Nacional do Botswana (FBN), Partido do Congresso Botswana (BCP) e o Movimento para a Democracia do Botswana (BMD) - têm estado em conversações para formar uma coligação que disputará as próximas eleições como uma oposição unida.

O líder do BCP, Dumelang Saleshando, anunciou em Julho que os três partidos estavam no processo de nomeação do central.

"Em 2014, o BDP será um partido do passado, porque desta vez não deixaremos que haja divisão de votos entre os partidos da oposição", disse Saleshando. "Estamos a unir os nossos recursos em conjunto para garantir que formemos o próximo governo."

O BDP está no poder desde a independência do Botswana em 1966. O partido obteve 45 dos 57 assentos parlamentares nas últimas eleições realizadas em 2009. *Sapa* □



UA elogia esforços de paz da SADC em Madagáscar

O CONSELHO de paz e segurança da União Africana elogiou a SADC pelos seus esforços visando facilitar o retorno à ordem constitucional em Madagáscar.

O mediador da SADC no impasse político de Madagáscar, o ex-presidente Joaquim Chissano, de Moçambique, informou ao Conselho em Julho

sobre a situação prevalecente na ilha do Oceano Índico.

O Conselho, reunido na sua 283ª Sessão, realizada em Adis Abeba, também ouviu as apresentações do Comissário da UA para a Paz e Segurança, Ramtane Lamamra, e Alberto Muchanga, Representante Permanente da Zâmbia para a UA, que falou em nome do

Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC.

O Conselho tomou nota das decisões da Cimeira Extraordinária da SADC realizada em Sandton, África do Sul, em Junho, na qual os Chefes de Estado e de Governo apelaram para o retorno de Madagáscar à normalidade constitucional e aprovaram

alterações do roteiro para uma saída da crise política na ilha do Oceano Índico.

Liderado de Madagáscar, Marc Ravalomanana, foi deposto por Andry Rajoelina em Março 2009, num golpe apoiado pelo exército, e suas tentativas de regresso ao País tem sido bloqueado por Rajoelina.

O Conselho de Paz e Segurança da UA solicitou que o roteiro seja alterado para que seja totalmente consistente com as decisões pertinentes e instrumentos da UA e da SADC.

"O Conselho reiterou o seu agradecimento ao mediador da SADC, e encorajou-o a prosseguir os seus esforços para alcançar uma solução consensual e inclusiva o mais rapidamente possível para a crise em Madagáscar", refere o Conselho num comunicado.

Solicitou à Comissão da UA e ao Secretariado da SADC para tomar as medidas necessárias para estabelecer uma presença conjunta em Madagáscar para melhor acompanhar a situação e facilitar a aplicação do roteiro da SADC.

A SADC tem estado a tentar convencer Rajoelina a assinar um acordo de partilha do poder alcançado em Agosto de 2009.

Rajoelina, usando as suas próprias iniciativas para acabar com a crise, não conseguiu assegurar apoio interno e internacional. □

Zuma liderou os esforços de mediação da UA para a Líbia

O PRESIDENTE Sul-Africano, Jacob Zuma, liderou os esforços da União Africana (UA) para negociar uma solução política, na Líbia, onde os rebeldes começaram a travar uma guerra para derrubar o líder líbio, Muammar Khaddafi, em Fevereiro, com o apoio militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (ATO).

Zuma, com outros quatro chefes de Estado Africanos, tentaram romper o impasse entre Khaddafi e os rebeldes, que insistem que ele deve abandonar o poder antes de qualquer acordo.

Claramente não houve vontade política para uma solução mediada uma vez que os rebeldes têm avançado na capital com o apoio aéreo e terrestre da NATO, incluindo logística e equipamentos.

Um repórter de televisão britânica disse que as Forças Especiais britânicas estavam ajudando os rebeldes no seu rápido avanço, vestindo os mesmos uniformes e carregando as mesmas armas que as forças rebeldes.

A África do Sul foi anfitriã de uma Comissão Ad Hoc da UA de Alto Nível a 26 de Junho, em Pretória, para discutir os desenvolvimentos na Líbia e os próximos passos na implementação do seu mandato, tal como definido na 265ª reunião do Conselho de

Paz e Segurança da UA a 10 de Março, 2011.

A comissão ad hoc expressou preocupação com os contínuos combates entre as partes beligerantes da Líbia e o bombardeamento aéreo levado a cabo pela NATO em Trípoli e outras cidades controladas pelas forças do governo.

O Reino Unido, França e os Estados Unidos usaram a Resolução 1973 da ONU, que impôs uma zona de exclusão aérea para a protecção de civis, como ponto de entrada para a intervenção militar na Líbia para remover Khaddafi e seu governo.

Muitos líderes da UA têm criticado publicamente a agressão da Nato ao regime de Khaddafi, incluindo Zuma, que em Junho acusou a aliança de abusar da resolução da ONU para justificar os seus bombardeamentos.

Zuma alertou que, ao forçar a mudança do regime, a NATO está a violar o foco da resolução que é a protecção de civis.

A reunião do comité foi assistida pelos presidentes Mohamed Ould Abdel Aziz, da Mauritânia, que preside o comité, Yoweri Museveni, do Uganda, Amadou Toumani Touré, do Mali, e Zuma.

O comité analisou a terrível situação humanitária provocada pela guerra, incluindo perda de vidas entre os civis, o deslocamento forçado, falta de

necessidades básicas, a destruição de infra-estruturas civis vitais e os problemas enfrentados pelo agravamento dos trabalhadores migrantes Africanos, incluindo a morte no mar e no deserto de centenas deles.

O comité reiterou a posição da UA que só uma solução política, seria possível de forma sustentável para resolver o actual conflito.

Neste sentido, reiterou que o roteiro AU permanece uma base viável para uma saída da crise.


O roteiro, que foi rejeitado pelos rebeldes que insistiam em que Kaddafi deve renunciar ou ser afastados, contém cinco elementos:

- protecção dos civis e cessação das hostilidades;
- assistência humanitária às populações afectadas, incluindo ambos os líbios e os trabalhadores migrantes estrangeiros, especialmente os da África;
- início do diálogo político entre as partes beligerantes da Líbia, a fim de chegar a um acordo sobre os aspectos práticos para acabar com a crise;
- criação e gestão de um governo inclusivo de transição, e
- a adopção e implementação de reformas políticas necessárias para satisfazer as aspirações do povo líbio. □



Anel de cauda de lêmures de Madagáscar

DIÁRIO DE EVENTOS Agosto - Outubro 2011



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADCTODAY Vol 13 No 5 Agosto 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Kizito Sikuka, Joseph Ngwawi, Eglina Tauya, Leonissah Abwino-Munjoma, Neto Nengomasha, Phyllis Johnson, Agatha Njanike, Patience Ziramba.

CONSELHO EDITORIAL
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC
Leefa Penehupifo Martin

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.
© SADC, SARDC, 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1, P5 South African Tourism; P1, Herald; P1, 5, 6, 7 SARDC; P2 wikipedia.org, world-presidents.com; wikipedia.com; P4 Takura Chamuka P6 Peacepark Foundation; P7 Tonely Ngwenya; P14 Lusakatimes; P16 Evening Standard

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sadc.net
www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento

Com o apoio das seguintes companhias aéreas:
Air Botswana, Linhas Aéreas de Moçambique, Air Namibia,
South African Airways, Air Mauritius, TAAG Angolan Airlines
e Air Zimbabwe

SARDC
Southern African Research and Documentation Centre
www.sadc.net
Knowledge for Development

Agosto 4-5, África do Sul	Conferência do Renascimento Africano A conferência analisará questões relacionadas com a redefinição e reconstrução do continente Africano através da avaliação e desenvolvimento dos seus próprios recursos socioeconómicos.
11-18, Angola	Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC Os líderes da SADC reúnem-se para discutir questões que visam promover a integração regional e o desenvolvimento na região. A Cimeira é precedida por reuniões de altos funcionários e pelo Conselho de Ministros.
Agosto 27-28, Namíbia	SARCOF-15 A 15ª Sessão do Fórum de Previsão Climática da África Austral (SARCOF) vai desenvolver um consenso sobre a previsão climática sazonal para a época chuvosa de Outubro de 2011 a Março de 2012. O Fórum vai igualmente discutir os potenciais impactos da previsão climática sazonal sobre os sectores sócio-económicos.
29 Agosto- 2 Setembro, África do Sul	37ª Reunião do SAPP A reunião vai rever a situação de energia na região. O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) é o centro de gestão de 12 empresas de electricidade na SADC.
Setembro 5-6, África do Sul	Sessão Ministerial da SADC e Encontro de Negociadores O objectivo do seminário é trabalhar numa posição da SADC para revisão da posição de África na COP17, reflectindo a recente evolução e os resultados da sessão de Bona sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).
8-9, África do Sul	SANACTT A Rede da África Austral para a aceleração dos investimentos em Transferência de Tecnologia Clima vai realizar um workshop sobre o seu potencial como uma ferramenta / mecanismo para apoiar a transferência de tecnologia do clima na África Austral, organizada pelo ramo da energia do PNUMA.
19-21, África do Sul	Energia Solar em África A conferência reunirá especialistas em energia para explorar maneiras de como a África poderia explorar plenamente o seu enorme potencial solar. A energia solar é considerado como uma das formas mais confiáveis e limpas de energia que não polui o meio ambiente em comparação com outras formas, como o carvão.
19-21, Lesotho	Reunião de Ministros da Água da SADC A reunião irá analisar as várias políticas e programas para enfrentar os desafios e oportunidades que o sector de água da SADC enfrenta.
19-23, África do Sul	Energia hidroeléctrica em África Especialistas em energia vão se reunir para discutir formas de aproveitamento de energia hidroeléctrico. A energia hidrométrica é a segunda maior fonte de electricidade na África Austral depois do carvão.
23, Lesotho	Conferência de Investimento de Infra-estruturas de Água na SADC A conferência vai discutir oportunidades de investimento em infra-estruturas no sector de água, bem como oferecer soluções possíveis para melhorar as infra-estruturas de água na SADC.
27-28, África do Sul	Fórum de Desenvolvimento Económico da SADC 2011 O Fórum 2011 visa promover uma economia regional dinâmica e integrada como base para o crescimento e investimento na SADC.
Outubro 20, África do Sul	Fórum de Negócios China-África O fórum visa a fortalecer as relações entre China e África. A China é hoje o maior parceiro comercial da África.

Revivendo as forças de defesa

EM QUALQUER nação soberana, as forças de defesa desempenham um papel significativo na construção da nação que vai além da protecção do espaço aéreo do País ou das fronteiras.

Além de representarem um escudo contra ataques externos, as forças de defesa actuam como um catalisador para o crescimento económico e para a coesão social dentro de um País.

Para honrar o papel desempenhado pelas Forças de Defesa do Zimbabwe (ZDF), o País comemora o Dia das Forças de Defesa, em Agosto de cada ano.

As ZDF foram criadas logo após a independência, em 1980, através da integração de três forças beligerantes, quando o Exército da então Rodésia foi combinado com as duas forças de libertação - Exército de Libertação Nacional Africano do Zimbabwe (ZANLA) e Exército Popular Revolucionário do Zimbabwe (ZPRA).

O então Primeiro-Ministro, Robert Mugabe, declarou na independência que a integração das forças armadas do Zimbabwe seria uma prioridade para o novo governo.

As ZDF desde a independência tem participado em várias missões para proteger a paz na África Austral e restabelecer a viabilidade económica de minas terrestres em áreas infestadas.

A partir de 2010, o exército do Zimbabwe limpou mais de oito quilómetros quadrados de minas ao longo da fronteira com Moçambique e cerca de 300 km quadrados de terras com minas ao longo da fronteira do Zimbabwe com a Zâmbia.

As áreas de fronteira do Zimbabwe foram minadas pelas forças da Rodésia durante a guerra de libertação anos de 1970 para retardar o progresso de combatentes da liberdade de passagem para o País a partir da Zâmbia ou Moçambique.

Mais de 276 km quadrados de terra infestada de mina entre as cataratas Vitória e a estância de pesca de Milibizi, que fazem fronteira com a Zâmbia, foram entregues aos ministérios responsáveis por obras públicas e turismo para que sejam usadas para a produção.

O Exército Nacional e a Força Aérea do Zimbabwe apoiaram com sucesso Moçambique a proteger, por terra e ar, o oleoduto, nos anos 1980, numa altura em que o regime Sul-Africano apoiava os movimentos rebeldes que sabotavam a infraestrutura.

O Exército Nacional do Zimbabwe e dois outros países da SADC prestaram apoio militar ao governo da República Democrática do Congo (RDC) para proteger o seu território e enfrentar uma invasão transfronteiriça em 1998-2003.

O Dia das Forças de Defesa é precedido pelo Dia dos Heróis, uma outra ocasião importante, que celebra a coragem de milhares de jovens zimbabwianos que sacrificaram suas vidas para lutar pela independência do País.

A história de luta do País fica, no entanto, incompleta caso não se mencione os milhares de pessoas em países vizinhos que também estava com os seus irmãos e irmãs do Zimbabwe.

Milhares de moçambicanos, tanzanianos e zambianos apoiaram a luta para libertar o seu vizinho, e vários monumentos foram estabelecidas nesses países para recordação.

Seretse Khama

"Recuperar o que podemos do nosso passado..."

"FOMOS ENSINADOS, às vezes de uma forma muito positiva, a desprezar a nós mesmos e o nosso modo de vida. Fomos feitos para acreditar que não temos passado para falar, sem história para se vangloriar. O passado, tanto quanto estávamos preocupados, era apenas um branco e nada mais."

Estas foram as palavras do fundador do Botswana, o Presidente Seretse Khama, durante uma cerimónia de formatura na então Universidade do Botswana, Lesotho e Suazilândia em Maio 1970.

Ele advogava aos africanos para "recuperar o que podemos do nosso passado", exortando a todos os Estados independentes para escrever os seus próprios livros de história para provar que eles realmente têm um passado para escrever e aprender dele como qualquer outro.

Ele herdou um território pobre e internacionalmente obscuro do domínio britânico em 1966, e deixou um país cada vez mais próspero, com um papel importante na África Austral, quando ele morreu em 1980.



FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Agosto-Outubro 2011

1 Agosto	Dias dos Farmeiros	Zâmbia
8 Agosto	Dia do Camponês	Tanzânia
8 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
9 Agosto	Dias das Forças de Defesa	Zimbabwe
9 Agosto	Dian Nacional da Mulher	África do Sul
15 Agosto	Dia da Assunção	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
30/31 Agosto	Eid-El-Fitri* Eid-UI-Fitri*	Tanzânia Maurícias
2 Setembro	Ganesh Chaturthi	Maurícias
6 Setembro	Dia de Somhlolo	Swazilândia
TBA Setembro	Dia de Incuala	Swazilândia
7 Setembro	Dia da Victória	Moçambique
17 Setembro	Dia do Fundador da Nação Dia Nacional dos Heróis	Angola Angola
24 Setembro	Dia do Património	África do Sul
25 Setembro	Dia das Forças Armadas	Moçambique
30 Setembro	Dia do Botswana	Botswana
1 Outubro	Feriado Público	Botswana
4 Outubro	Dia da Independência	Lesotho
4 Outubro	Dia da Paz e Reconciliação	Moçambique
14 Outubro	Dia do Mwalimu Nyerere	Tanzânia
15 Outubro	Dia das Mães	Malawi
24 Outubro	Dia da Independência	Zâmbia
26 Outubro	Divali	Maurícias

* Depende da visualização da Lua